



Dom Walmor Oliveira de Azevedo
POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTÓLICA
ARCEBISPO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE

ATO Nº 28/2020

NOMEAÇÃO DA ACADEMIA ARQUIDIOCESANA DE JURISTAS CATÓLICOS E HUMANISTAS – AJUCH/ABH

Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições e tendo em vista:

- A promoção, através do direito, a defesa da vida e dignidade da pessoa humana atuando diretamente sobre a sociedade em vista à promoção de políticas públicas e oferecendo subsídios às organizações da sociedade civil.
- Propor a ética cristã e humanista no direito, na atividade legislativa, judiciária e administrativa, bem como apoiar a inserção dos profissionais da área jurídica no processo de transformação social e animação da ordem temporal com espírito cristão para a vivência da fé católica.

NOMEIA

Dr. Marciano Seabra de Godoi

Possui graduação em Direito pela UFMG (1994), graduação em Ciências Econômicas pela PUC Minas (1995), mestrado em Direito Tributário pela UFMG (1999) e doutorado em Direito Financeiro e Tributário pela Universidade Complutense de Madri - Espanha (2004). Realizou pós-doutorado (bolsa CAPES/Fundação Carolina) na Universidade Autónoma de Madri - Espanha (2011-12). É Professor da PUC Minas (cursos de graduação em Direito, mestrado/doutorado em Direito Público), advogado e consultor tributário. É coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da PUC Minas (2020-) e do Programa LLM Direito Tributário do IEC - PUC Minas (2014-). Foi orientador do Programa de Pesquisa em Finanças Públicas em Política e Gestão Tributária da ESAF - Ministério da Fazenda (2016). A convite, ministrou a disciplina "Planejamento tributário internacional por meio de financiamento intragrupo e operações híbridas" para os alunos de graduação da Universidade Lixin de Contabilidade e Finanças Públicas em Xangai - China (2018). Escreveu o verbete "Tributação" (Taxation) publicado (2020) na Enciclopédia de Filosofia do Direito e Filosofia Social (Encyclopedia of the Philosophy of Law and Social Philosophy) do grupo editorial Springer (Dordrecht, Holanda). Membro do Conselho de Redação da Revista Española de Derecho Financiero. Tem experiência na área do Direito Tributário e das Finanças Públicas, priorizando, em suas pesquisas e orientações, áreas como: finanças públicas brasileiras e política fiscal, jurisprudência constitucional-tributária, limites do planejamento tributário e tributação internacional.



Dom Walmor Oliveira de Azevedo
POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTÓLICA
ARCEBISPO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE

Dr^a Maria de Fátima Freire de Sá

Doutora em Direito pela UFMG (2000) e Mestre em Direito pela PUC Minas (1998); Especialista em Direito pelo IEC - Instituto de Educação Continuada da PUC Minas (1995) e Graduada em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas (1991). É professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós Graduação em Direito (mestrado e doutorado) da PUC Minas, na área de concentração em Direito Privado; Professora Adjunta IV na Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas; Membro e Pesquisadora do Centro de Estudos em Biodireito - CEBID. Autora de livros, capítulos e artigos de Direito Civil, Bioética e Biodireito.

Dr. Rosemiro Pereira Leal

Doutorado em Direito Público da Faculdade de Direito da UFMG em 1965, sendo que seu diploma de conclusão do referido curso só foi expedido em 1974 com a regularização e integral autorização e reconhecimento do curso pelo MEC. Reiniciou suas atividades acadêmicas após a queda da ditadura militar no país com o advento da Constituição Brasileira de 1988. Recebeu o título de Especialista em Direito Público pela Câmara de Pós-Graduação da UFMG em 1993, fazendo a sua defesa de tese em Direito Constitucional em 1994, obtendo nota máxima da banca examinadora. Desde sua colação de grau, em 1964, pela Faculdade de Direito da UFMG, advogou em várias especialidades jurídicas, entre as quais Direito Comercial, Civil, Econômico, Processual e Direito do Comércio Internacional, possibilitando-lhe atuar em vários países europeus e norte-americanos para empresas brasileiras e instituições bancárias. É fundador de duas secretarias de Estado em Minas Gerais. Vem desenvolvendo estudos em Direito Processual, Constitucional e Econômico com projetos de pesquisa concluídos e em andamento. É autor da TEORIA NEO-INSTITUCIONALISTA DO PROCESSO , a partir da qual desenvolve e publica vários trabalhos (obras, artigos, pesquisas) que marcam sua jornada acadêmica integralmente comprometida com a TEORIA DO DIREITO DEMOCRÁTICO, uma vez que se recusou a lecionar na ditadura e nada publicou, em Direito, nesse período, dedicando-se mais à literatura, à música erudita e à sua profissão liberal, fundando a ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS da qual foi o seu primeiro presidente, bem como o TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB/MG. É professor-fundador dos cursos de Mestrado e Doutorado em Direito da PUC/MINAS. Atualmente, além do magistério superior que exerce na FDUFG e PUC/MINAS (graduação e pós-graduação), presta consultoria jurídica com especialidade em Direito Processual, Econômico e Educacional.

Dr. Moacyr Lobato de Campos Filho

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1981), especialização em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas (2001), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004). Atualmente é Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e Professor Assistente IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Anteriormente foi Procurador do Estado de Minas Gerais - Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais, Secretário da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais e Conselheiro suplente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Minas Gerais, Coordenador da área de Direito Empresarial - Ordem dos Advogados do Brasil - Escola Superior de Advocacia, árbitro da Câmara de Arbitragem do Estado de Minas Gerais e Professor do Centro de Atualização em Direito. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Empresarial.

Dr^a Taísa Maria Macena de Lima

Possui mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1985) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990). Atualmente é professor adjunto IV da Pontifícia Universidade



Dom Walmor Oliveira de Azevedo
POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTÓLICA
ARCEBISPO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE

Católica de Minas Gerais e Desembargadora Federal do Trabalho - Justiça do Trabalho. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria Geral do Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos de personalidade, responsabilidade civil, biodireito, interfaces do direito civil com o direito do trabalho, microsistemas no direito privado nacional.

Dr. José Tarcízio de Almeida Melo

Possui Graduação em Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1968), Doutorado em Direito Público pela Universidade Federal de Minas Gerais (1970) e Doutorado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986). Foi Procurador e Procurador-Geral da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1987-1993). Exerceu no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) os cargos de Juiz Membro, Desembargador Vice-Presidente, Corregedor Regional Eleitoral e Diretor Superintendente da Escola Judiciária Eleitoral "Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira" (1991-2008) e de Desembargador Presidente do TRE-MG (2008-2010). No extinto Tribunal de Alçada de Minas Gerais, ocupou o cargo de Juiz Membro (1994-1998). É Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (desde 1991) e Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (desde 1998). Foi eleito em 23.04.2012 para o cargo de Desembargador 1º Vice-Presidente e Superintendente Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para o período de 29.06.2012 a 30.06.2014. Aposentou-se em 01 de julho de 2014. Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais, desde 24 de outubro de 1969 sob o nº 13.404. Inscrição cancelada em abril de 1993 por ter ingressado na Magistratura. Inscrição revigorada em 11 de agosto de 2014. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional. Exerceu a advocacia por vinte e quatro anos, com presença nas áreas do Direito Constitucional, Eleitoral, Tributário, Administrativo e Empresarial.

Dr. Álvaro Ricardo de Souza Cruz

Possui graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1985), graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Atualmente é procurador da república do Ministério Público Federal e professor adjunto iii da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: estado democrático de direito, hermenêutica, direito comparado, relações igreja-estado e direito contemporâneo.

Drª Valdênia Geralda de Carvalho

Doutora em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2017). Possui Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1995) e Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2008). Atualmente é Diretora Administrativo-Financeira da Fundação Movimento Direito e Cidadania e Pró-Reitora de Pós-Graduação da Escola Superior Dom Helder Câmara. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional.

Drª Marinella Machado Araújo

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (1990). Especialista em Direito Administrativo pela UFMG (1993). Doutora em Direito Administrativo pela UFMG (2002) com tese sobre o solo criado e a efetividade da função social da propriedade imobiliária. Professora adjunta IV da Graduação (presencial e ensino a distância) e da Pós-graduação em Direito (Especialização, Mestrado e Doutorado) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, na qual leciona de Teoria Geral do Direito Público,



Dom Walmor Oliveira de Azevedo
POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTÓLICA
ARCEBISPO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE

Direito Administrativo, Direito Urbanístico e Ambiental. Coordenadora, desde 2003, do Núcleo Jurídico de Políticas Públicas do Programa - NUJUP da Pós-graduação em Direito e Faculdade Mineira de Direito PUC Minas, grupo de pesquisa interdisciplinar e transdisciplinar vinculado ao projeto pedagógico da Faculdade Mineira de Direito que pesquisa instrumentos jurídicos emancipatórios de poder, planejamento e gestão democráticos, plurais, do interesse público sobre o território e efetividade de direitos fundamentais. É ainda coordenadora de pesquisa e extensão, ex-coordenadora adjunta de monografia e ex-coordenadora do Núcleo de Direito Civil, todos da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas. Avaliadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) desde 2007. Membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico desde 2002 e coordenadora de pesquisa desde 2010. Pesquisadora principal da rede brasileira de monitoramento de políticas urbanas Observatório das Metrôpoles-INCT do IPPUR/UFRJ e do Observatório do Milênio da UN-Habitat - Belo Horizonte (Prefeitura Municipal). Ex-pesquisadora visitante do Max-Planck-Institut für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (Instituto Max-Planck de Direito Público Comparado e Internacional Público), Heidelberg (2006 e 2007). Ex-professora visitante da Università di Bologna (2007). Ex-presidente e vice-presidente da ONG Ação Urbana (2003-2010). Ex-sócia da Machado Raso Advogados Associados. Ex-consultora jurídica do Município de Belo Horizonte junto à Secretaria Municipal de Planejamento (1995) e à Secretaria de Municipal Atividade Urbana (1995) para a elaboração do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996; junto ao Departamento de Memória e Patrimônio e Conselho Municipal de Memória e Patrimônio Cultural (1999) em matéria de proteção do patrimônio cultural. Ex-consultora jurídica do Município de Mariana durante a elaboração do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2003. Autora e coordenadora de vários projetos e textos científicos sobre pesquisa e ação extensionista em matéria de planejamento integrado sustentável participativo, em especial de políticas urbano-ambiental e habitacional; efetividade da função social da propriedade imobiliária pública e privada; instrumentos de política urbano-ambiental, regularização fundiária, gestão democrática da cidade e controle social das funções legislativa e administrativa com o objetivo de neutralizar as formas de manifestação da força simbólica de direitos fundamentais e sociais e de encriptação do poder político que fundamenta sua garantia pelos poderes estatais. Consultora jurídica na área de planejamento urbano e regional, com ênfase em planejamento local e metropolitano, tendo participado como instrutora do Estado de Minas Gerais (Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano) e do Governo Federal (Ministério das Cidades) da Campanha Cidade para Todos e em cursos de capacitação para a elaboração de leis de uso e ocupação do solo promovido pela Sub-secretaria Estadual de Assuntos Municipais do Estado de Minas Gerais.

Dr. Hermes Vilchez Guerrero

Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1985) e Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997) e Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito e Processo Penal

Dr^a Klelia Canabravo Aleixo

Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). Mestre em Direito, área de concentração em Ciências Penais, pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Especialista em Docência no Ensino Superior pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2005). Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1998). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1998). Advogada. Professora Adjunta de Direito Penal, Criminologia e Política Criminal nos cursos de graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Integrante do Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão da PROEX/PUC Minas. Líder do grupo de Pesquisa "Centro de Pesquisa e Extensão em Execução Penal" (CEPEX). Pesquisadora nos grupos de



Dom Walmor Oliveira de Azevedo
POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTÓLICA
ARCEBISPO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE

pesquisa "Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica-NPPJ da Universidade Federal de Minas Gerais e no GEGOP/CLACSO: Espaços Deliberativos e Governança Pública.

Dr. Dimas Ferreira Lopes

Possui mestrado em DIREITO PROCESSUAL pela PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (1999) e doutorado em Filosofia, Tecnologia e Sociedade - Universidad Complutense de Madrid (2005). Professor adjunto IV - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho/Direito Coletivo/Direito Sindical.

Dr. Leônidas Meireles Mansur Muniz de Oliveira

Doutorando em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Coordenador e Professor do curso de direito da Faculdade Pitágoras Cidade Jardim, Professor do curso de direito da Faculdade Pitágoras de Betim, Professor do curso de pós-graduação em Direito Contratual e Gestão Empresarial da PUC Minas Barreiro e Praça da Liberdade, Professor de Direito Societário no Curso de educação continuada do IEC PUC Minas/Praça da Liberdade. Coordenador da Revista de Direito do Terceiro Setor da Editora Fórum. Revisor ad-hoc da Revista Percurso Acadêmico da PUC Minas Barreiro e Avaliador da Revista Pensar Acadêmico do UNIFACIG. Advogado. Palestrante.

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2020

Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte

Pe. Carlos Roberto Cremonesi
Chanceler da Arquidiocese